

Fonte Journal de Brasília Class.: 127
 Data 11 de março de 1981 Pg.: _____

**Índio pede à
 OAB ajuda
 contra a Funai**

O índio Mariano Justino Marcos, da tribo Terena, situada no posto indígena Toné, no Mato Grosso do Sul, compareceu ontem a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB — para solicitar assistência jurídica no mandado de segurança que pretende impetrar contra a Funai.

Apesar de habilitado com um brevê de aviação, Mariano está impedido pela Funai de trabalhar no próprio órgão e também em empresas privadas que, segundo ele, já receberam determinação prévia para não o contratar. A condição exigida pela Funai é que assine um documento de emancipação.

“Se for emancipado, serei rejeitado por minha tribo. Foi o que explicou ao presidente da OAB, Maurício Correia, que lhe garantiu, desde já, toda a ajuda que necessitar. Para reforçar sua posição, afirmou que a função da Ordem é prestar serviço de assistência às pessoas desprotegidas “e ninguém se enquadra mais nesta situação do que os próprios índios, quando não tem o apoio da Funai”.

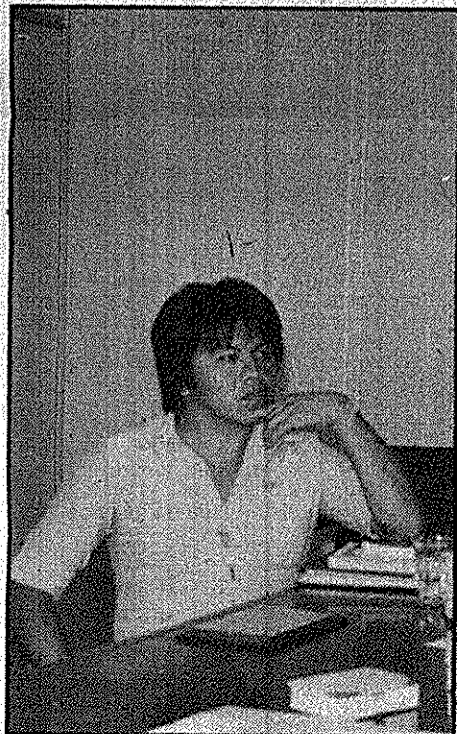
Maurício Correia disse ser natural a atitude de Mariano de mover um mandado de segurança contra a Funai pois considera justo que ele não queira perder os direitos de ser um membro da tribo Terena e ao mesmo tempo queira desenvolver uma atividade profissional, uma vez que está devidamente capacitado para exercê-la.

Mariano Justino argumentou ainda que “se a Funai não contratar índios como funcionários, quem irá tratar dos problemas relativos as tribos serão sempre os antropólogos oficiais”. Portanto, “esse mandado de segurança poderá ser assumido por todos os índios que não se enquadrarem nas normas determinadas pela Funai”.

RETORNAR

Com 10 anos de idade, Mariano saiu de sua tribo para estudar em Campo Grande, hoje, com 27 anos, cursa o 5º semestre de Administração de Empresas, na Universidade Católica e juntamente com os nove índios da Casa do Ceará, está sendo pressionados pela Funai a sair de Brasília e estudar em alguma universidade qualquer mais próxima de sua tribo.

Na opinião de Mariano Justino, as regiões próximas as tribos não oferecem condições de subsistência e, sendo assim, ele acredita que os índios abandonarão os estudos e voltarão para as tribos a fim de trabalhar e casar. Até o dia 20 deste mês a Funai deverá apresentar uma resposta quanto a permanência dos dez índios em Brasília. No início o processo foi movido contra 15 índios que insistiam em permanecer na Casa do Ceará mas, segundo Mariano, cinco já desistiram.



O índio Mariano Mustino Marcos foi à OAB e disse que não pode trabalhar porque a Funai cria obstáculo.